

Introdução

O famoso epílogo de *Os Sertões: campanha de Canudos* (1902) registra: “Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda história, resistiu até o esgotamento completo” (Cunha, 2016, p. 549). O tratamento heroico dispensado, por Euclides da Cunha, aos camponeses que combateram as forças federais não deixa de ser propício para representar, no contexto atual, as estratégias de preservação da memória empreendida pela literatura em sua capacidade, premente, de narrar o trauma.

O testemunho do ilustre escritor, entretanto, acabou por produzir um efeito estático figurativo, a exemplo da cortina de Parrásio, no qual a representação supera o objeto representado, ao silenciar outras vozes testemunhais sobre o conflito numa espécie de belo quadro dramático das cenas de destruição e de morte. Mas a história se (re)faz com o tempo e a (re)interpretação histórico-ficcional da Guerra de Canudos passou a buscar outras fontes, a exemplo da oralidade, manifesta nos registros poéticos, capaz de subsidiar uma produção ficcional disposta a absorver a dimensão simbólica do universo sertanejo por outra representação, contribuindo para preservar e/ou atualizar símbolos e memórias do passado. Isso revela o quanto as forças populares foram/são eficazes para o (re)estabelecimento de interpretações mais próximas do seu cotidiano.

Dessa tensão entre a versão canônica dos relatos testemunhais dos agentes que atuaram em favor das forças militares e as narrativas da resistência sertaneja, posteriormente coligidas por pesquisadores e jornalistas, surge uma produção ficcional que, na cena contemporânea, rasura os testemunhos inaugurais da guerra, ocasião em que a trama dos eventos bélicos passa a incorporar vozes até então negligenciadas nas versões inaugurais. Desse modo, no presente artigo, pretende-se analisar algumas características verificadas em narrativas ficcionais sobre a Guerra de Canudos, publicadas no século XXI, a exemplo das obras *Canudos: a quinta expedição* (2002), de Oleone Coelho Fontes; *Antônio Conselheiro* (2004), de Gylson Guilhon Loures; *Luzes de Paris e o Fogo de Canudos* (2006), de Ângela Gutiérrez; e *O pêndulo de Euclides* (2009), de Aleilton Fonseca.

Para tanto, verificam-se as estratégias distintas de tensionamento do cânone euclidiano, em publicações da primeira década desse século, que incluem vozes deslegitimadas no clássico. Tais enredos servem, portanto, de reserva para o manancial simbólico e cultural que se caracteriza no (re)significar e (re)memorar próprio do imaginário popular que é constituído por memórias dissintêneas capazes de assegurar novos/velhos significados para o conflito e seus desdobramentos simbólicos no contexto hodierno, em especial, os aprendizados com a resiliência popular na preservação de memórias não hegemônicas.

A permanência da cena traumática

As publicações sobre a Guerra de Canudos, tanto no campo historiográfico quanto no plano literário, caracterizam, possivelmente, um dos principais temas de pesquisa acadêmica no Brasil. Em grande medida, é verdade que a demanda, ainda presente, sobre a guerra contra a comunidade sertaneja que se autodenominou Belo Monte revela uma dimensão da cena traumática acerca dos conflitos fundiários no Brasil, cuja fixação, desse quadro lancinante no imaginário nacional, guarda a contribuição registrada pelo clássico de Euclides da Cunha, publicado em 1902.

A beleza da narrativa d’*Os sertões* suplantou outros relatos testemunhais da época, produzindo uma síntese do evento que, por um lado, passou a história como uma modalidade de versão oficial e, por outro, desencadeou inúmeras publicações literárias, dentro e fora do Brasil, a partir da perspectiva apresentada no

¹ Doutor em Letras: Estudos Literários (UFMG); Professor Associado da UFRB.

texto canônico. Com isso, ao tempo que não se pôde apagar a violência dos perpetradores responsáveis pela destruição do arraial sertanejo, a exemplo da prática da degola ao final do conflito, também permaneceu, por décadas, a versão do comportamento anômalo daquela população.

Sobre tal aspecto, nos debates que ganharam as páginas dos periódicos da época, Canudos fora, a princípio, caracterizado como um foco de insurreição monarquista, a nossa “Vendéia” (Cunha, 2016, p. 231), em referência a região que resistira a queda do regime monárquico durante a Revolução Francesa, portanto, um século antes da guerra entre brasileiros as margens do Vaza-Barris. Essa transposição explicativa, do continente europeu para o americano, será designada por Leopoldo Bernucci como um processo de “imitação dos sentidos” (1995), estratégia utilizada pelo autor fluminense para ilustrar os eventos bélicos que presenciou. Contudo, após a constatação em *locus* dos acontecimentos, tal hipótese se mostrou insustentável, e a tese, então, passa a ser a da “Urbs monstruosa, de barro” (Cunha, 2016, p. 174), lugar da degeneração racial, propício aos atavismos e às influências do meio, como descreveu o médico e psiquiatra Raimundo Nina Rodrigues no ensaio “A loucura epidêmica de Canudos”, publicado na *Revista Brasileira* (1897) e, posteriormente, nos *Annales médico-psychologiques*, em Paris (Rodrigues, 2000).

Tal versão explicativa, sustentada no clássico de 1902, reduz os eventos belicosos a um problema de ordem sanitária, de saúde pública, no qual a solução adotada, um massacre contra camponeses, teria sido um equívoco trágico, evitável se outras medidas tivessem sido adotadas. Evita-se, por exemplo, problematizações mais aguçadas sobre as questões que determinaram a construção do Belo Monte. Enfim, era a loucura do Conselheiro responsável por aquela tragédia que determinou o destino funesto de milhares de outras pessoas.

Essa centralização das responsabilidades na liderança comunitária, faz com que Eduardo Hoornaert (1998), no ensaio *O sacrificalismo de Euclides da Cunha*, argumente nos seguintes termos: “[...] Era preciso sacrificar o Conselheiro no altar da honorabilidade brasileira para que a elite do país pudesse recuperar-se do trauma causado pela memória de uma ação tão covarde por parte do governo do país diante de uma comunidade de pobres sertanejos” (p. 81-82).

Fato é que desde a publicação do testemunho euclidiano, certamente por suas virtudes literárias, a explicação que prevalece sobre os acontecimentos, numa modalidade de versão oficial da história, é a narrativa d’*Os sertões* que será retomada por inúmeros outros textos como fonte primária, e pouco questionada, do conflito.

Outras histórias da guerra

No tocante às abordagens, e por que não considerar versões, da guerra que vitimou milhares de pessoas nos sertões baianos, Walnice Nogueira Galvão anota que os estudos acadêmicos permeiam pendularmente dois polos: de um lado, a publicação d’*Os Sertões*, no início do século XX, e os trabalhos que, nas décadas seguintes, empreenderam intelectuais de diversas áreas na crítica da obra elevada a condição canônica; e, por outro lado, a partir de meados do último século, as pesquisas centradas no evento histórico, ora embasadas nas versões coligidas através do registro oral dos sobreviventes sertanejos, bem como na investigação dos manuscritos de Antônio Conselheiro (in CUNHA, 2016, p. 611-615).

Certamente existem pontos de contato entre essas perspectivas, as quais a crítica convencionou denominar de euclidianas e conselheiristas, mas as dessemelhanças se impõem: a primeira voltada para a análise do clássico e da biografia do escritor enquanto a segunda dirigida, notadamente, aos sujeitos representados pelos cronistas da guerra na condição de vencidos, cujos testemunhos passam a contribuir à ampliação das memórias produzidas pelo evento traumático.

Nessa última fase, novas fontes e métodos são empregados. Tais recursos, mais precisamente, dizem respeito à oralidade e ao trabalho com as memórias de sobreviventes do massacre ou ainda dos descendentes destes homens e mulheres que combateram pelo Belo Monte. A partir dessas histórias e da coleta de trovas populares, benditos, cordéis e outras manifestações da cultura popular, José Calasans publica, em 1950, *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*:

contribuição ao estudo da Campanha de Canudos, tese que inaugura o envolvimento desse acadêmico com a temática, a qual perdurará até sua morte em 2001.

Calasans, em entrevista concedida a José Carlos Sebe Bom Meihy, assume a empatia com o olhar sertanejo:

[...] Confesso que a história contada pelos sertanejos era mais convincente, tinha outro sabor e era totalmente diversa... Logicamente respeito muito a obra de Euclides da Cunha, mas, acredito fielmente que paralelamente precisamos de outras alternativas... minha empreitada então passou a ser esta... (Calasans, 1993, p. 25).

Essa guinada no processo investigativo proporcionou o surgimento de outras interpretações sobre os eventos que passam a ser lidos não apenas como a campanha de Canudos, mas como o massacre do Belo Monte, o que estabelece campos epistemológicos diferentes a partir das visadas euclidianas e conselheiristas. Em geral, a crítica central que estes apresentam àqueles diz respeito ao eclipse ocasionado pelo texto canônico às demais vozes que constituem o arquivo dos eventos bélicos nos sertões baianos, em especial a representação que Euclides da Cunha constrói de Antônio Conselheiro, como expõe o professor Calasans:

[...] Até que ponto o livro de Euclides teria servido à guerra de Antônio Conselheiro? Se não fosse o Euclides, nós teríamos as mesmas condições para reavaliar o que foi aquela campanha do Conselheiro, aquele movimento do Conselheiro? Porque o Conselheiro fica um pouco vítima das contradições do Euclides: o Conselheiro fica preso no que eu chamo “a gaiola de ouro de Os sertões” (Calasans, 2009, p. 63).

Em diversas ocasiões, o historiador reiterou a afirmativa de que o universo no qual Antônio Conselheiro fizera história ficara preso na “gaiola de ouro de Os sertões”. Logo, os estudos que rememoram as demais narrativas sobre aquele conflito contribuem para abertura do que se poderia entender como espécie de cárcere da cena traumática. Caberá, entretanto, a ficção a abertura dessa gaiola, ao passar a incorporar cada vez mais os elementos da tradição popular no registro de narrativas que redimensionam o conflito em muito dos sentidos que lhes foram atribuídos.

A rasura testemunhal no século XXI

O romance *Canudos: a quinta expedição* (2002), de Oleone Coelho Fontes, simula uma campanha à Canudos, que não existiu, e que é recriada pelo jornalista a partir da sua experiência enquanto pesquisador do tema. O texto busca estabelecer um diálogo com a tradição latino-americana do realismo-fantástico e tem por base um desafio que visa, através da ficção, reparar a história em suas lacunas. Para tanto, dá-se lugar a prosa que incorpora elementos da oralidade sertaneja numa representação que quer produzir uma reconciliação, a modo de uma anistia como sugere Paul Ricoeur (2007), entre as figuras que ensinam a contenda.

Esse recurso revela o viés conservador da autoria que, noutra publicação sob o título de *No rastro das alpercatas do Conselheiro*, assume posição política acerca do seu projeto estético, através duma insólita dedicatória:

No dia 3 de março de 1897, o coronel Antônio Moreira César, no comando de um contingente de mil e trezentos soldados, às portas do recinto conselheirista, num rasgo de entusiasmo otimista, proclamou:

– Vamos almoçar em Canudos!

Bala jagunça pôs fim à orgia republicana, e o desventurado oficial de infantaria, alvejado algumas horas após o meio-dia, no umbigo, pereceu na madrugada seguinte.

Um século mais tarde, no dia 4 de março de 1997, um Moreira César empresário, administrador, engenheiro civil e advogado, de prenome Marcelo, sobrinho-bisneto do célebre coronel da infantaria do Exército, não se forrou à ânsia de levar a cabo o fracassado propósito do tio-bisavô. No Hotel Brasil, Marcelo Moreira César, num ambiente de conagração e regozijo, cercado de exaltados conselheiristas glutões, almoçou em Canudos.

A Marcelo Moreira César – amigo, irmão, leitor e mecenas, a quem sou e serei sempre grato –, ofereço estas páginas (Fontes, 2011, p. 205).

A cena de conagração entre os descendentes das vítimas e dos perpetradores nos impõe um desafio ético à reflexão sobre o quão distante ainda estamos dos motivos que levaram ao conflito que ceifou milhares de vidas nos sertões baianos, em fins do século XIX.

Por sua vez, o também jornalista, Gylson Guilhon Loures refuta tal perspectiva de conciliação na ficção biográfica *Antônio Conselheiro* (2004). A narrativa em tela apresenta uma releitura dos eventos históricos sob a perspectiva dissidente do sertão. É a visão sertaneja, dos vencidos que prevalece. Assim, na

obra, o fictual e o factual se unem para um ensaio cujo viés é a voz popular, de um ponto de vista dos que são considerados párias da sociedade, os de baixo da história, mas que desde sempre sustentam os mais diferentes modelos de organização social. Esse ponto de vista, entretanto, também rasura a perspectiva testemunhal, a exemplo da inversão cronológica da missão dos frades capuchinhos à Canudos, numa releitura do Relatório do Frei João Evangelista de Monte Marciano:

E, por quatro vezes seguidas, essa vila foi obrigada a se defender contra injusta agressão – para não dizer guerra –, por parte do governo e do exército. Apenas nos defendemos aqui. Nunca atacamos ninguém. Quanto ao fato de nossa gente andar armada, é verdade sim. Não o nego. Mas só para o caso de nos defender. Aliás, como já ocorreu, como disse, em quatro ocasiões. Como posso desarmar minha gente? Se nossos adversários – não se sabe nem o porquê – se armam e nos atacam? (Loures, 2004, p. 357).

Já a professora universitária Ângela Gutiérrez, em *Luzes de Paris e o Fogo de Canudos* (2006), constrói uma narrativa em que a personagem protagonista, Flora, intenta refazer uma trajetória familiar, através de objetos antigos, notadamente as correspondências familiares, além de interlocuções diretas, a história de uma tia-avó, Branca, e de sua irmã de leite, Morena, ambas nascidas em 1877, o ano da grande seca no Nordeste.

A narrativa se constitui de uma bricolagem intersemiótica no qual o gênero epistolar prevalece, permeada por imagens da *Belle Époque* europeia e das notícias sobre a Guerra de Canudos. A perspectiva narrativa se encontra centrada numa família tradicional cearense cuja filha vai estudar na Europa, em fins do século XIX. O contraste entre o ambiente de futilidades dos representantes da oligarquia rural e os eventos catastróficos de Canudos produzem um desconforto ao leitor que, cômico das mazelas e das desigualdades, vê-se obrigado a refletir sobre o Brasil em seu processo formativo. Síntese dessa crise, lê-se na seguinte missiva:

[...] Confunde-me, porém, a disparidade de opiniões de duas testemunhas da guerra: Dr. Euclides e Morena. É espantoso como pintam o Conselheiro com cores tão diferentes. Para o historiador, ele é “um gnóstico bronco”, “monstruoso”, “um títere”, embora reconheça que “iam-no tornando mau”. Morena me contava, ainda no rescaldo dos acontecimentos, que ele era um pai bom... que cuidava de seus filhos, que era manso, que todos obedeciam a seus conselhos e decisões. O Dr. Euclides viu a guerra, não viu o Conselheiro frente a frente; conta o que outros lhe contaram. Morena viu, ouviu o Conselheiro, viveu no arraial por vários anos.

– Morena, fico com teu testemunho sobre o beato embora não simpatize com esse homem que foi causa primeira da morte de Louis e de tantos inocentes (Gutiérrez, 2006, p. 175).

Por fim, o também acadêmico Aleilton Fonseca, em *O pêndulo de Euclides* (2009), faz uma releitura dos eventos a margem do Rio Vaza-Barris, ao que se pode considerar uma autoficção, no qual produz uma reflexão político e ética sobre o papel desempenhado pelas inúmeras pesquisas que se desenvolvem a respeito da Guerra de Canudos sem considerar, em muitas oportunidades, o que as experiências camponesas têm a dizer. Para tanto, os protagonistas do enredo, um professor universitário e um sertanejo, travam um diálogo marcado por uma espécie de reparação histórica, cujo campo em disputa é o acúmulo de informações sobre a guerra. Nesse jogo, o saber acadêmico é confrontado pela experiência do viver local. Ao fim, o pesquisador emudece diante da sequência de argumentos do trabalhador rural, que sentenciava:

Mesmo sem saber, vocês vêm aqui pra fazer as pazes com o sertão. Vocês vêm examinar com os próprios olhos e tomar pé da história. Vocês vêm pra ver e crer que aquela guerra foi mesmo um grande crime. A viagem até aqui é um pedido de desculpas (Fonseca, 2009, p. 205).

A dor é retomada nesta cena de uma maneira diferente, não se trata mais de falar dos corpos insepultos, mas da memória negligenciada. A personagem sertaneja diz da indignação frente à indiferença de um Estado incapaz de se desculpar pelo massacre proporcionado ao povo do sertão. Serve-lhe, entretanto, como uma forma de alento, a ideia de que os inúmeros trabalhos e pesquisas sobre o tema são, no fundo, uma forma de retratação.

Considerações finais

Desde sempre, nas histórias dos povos, tem-se empreendido uma batalha por uma apropriação da memória. Nessa guerra, os combatentes lutam por suas histórias, memórias, testemunhos e ficções. Essa é apenas uma das questões que merecem ser consideradas quando não se permite o esquecimento das vozes que no passado foram vencidas pelo autoritarismo, mas que, através do registro literário, se projetam e se fazem ouvir, a exemplo da resistência dos conselheiristas.

Rememorar o trauma, ao contrário do que se possa supor, não implica em abrir a ferida, mas cuidá-la enquanto vestígio. Afinal, olhar a cicatriz e suportar sua memória é um aprendizado tão doloroso quanto necessário numa sociedade, como a brasileira, forjada pela violência. A ficção, neste sentido, tem possibilitado uma releitura de fatos históricos dado que a literatura, mais aberta ao trânsito entre o “real” e a sua representação, tem sido capaz de abarcar diferentes clivagens do vivido. Sem negar o passado da Guerra de Canudos, faz-se necessário também conhecer a experiência do Belo Monte.

Assim, a ficção contemporânea sobre a Guerra de Canudos, recolhe das vozes sertanejas, sob os mais variados formatos, um manancial que realimenta o texto clássico, mas também o tensiona sobre vários aspectos, em especial o que recoloca a personagem histórica de Antônio Conselheiro num espaço diferente do traço bárbaro e louco estabelecido pelos cronistas que registraram os acontecimentos entre 1896 e 1897.

Fora Leopoldo Bernucci (1995) quem primeiro chamou atenção para a escrita em formato de palimpsesto do cânone euclidiano, em decorrência da miríade de obras que resultavam d’*Os sertões*, penso, entretanto, que o conhecimento dos testemunhos sertanejos exige ampliar tal conceito, de modo que se aproxime mais da ideia de rasura, ou seja, não apenas de uma escrita que se impõe ao registro original, anteriormente raspado, mas que se sobrepõe às versões oficiais da história, a qual seria mais apropriada a denominação de testemunho em rasuras.

REFERÊNCIAS

BERNUCCI, Leopoldo M. *A imitação dos sentidos*: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha. São Paulo: Edusp, 1995.

CALASANS, José. Meu empenho foi ser o tradutor do universo sertanejo. [Entrevista cedida a José Carlos Sebe Bom Meihy]. *Luso-Brasilean Review*, Univ. Wisconsin – USA, v. 30, n. 2, p. 23-33, 1993.

CALASANS, José. Transcrição de mesa-redonda reunida na Editora Ática em 1986, com a participação de Antônio Houaiss, Franklin de Oliveira, José Calasans e Oswaldo Galotti. In: GALVÃO, Walnice Nogueira. *Euclidianos e conselheiristas*: um quarteto de notáveis; debatedores José Carlos Garbuglio, Valentim Facioli e Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.

HOORNAERT, Eduardo. *Os anjos de Canudos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*: campanha de Canudos. (Edição crítica organizada por Walnice Nogueira Galvão). São Paulo: Ubu, 2016.

FONSECA, Aleilton. *O pêndulo de Euclides*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

FONTES, Oleone Coelho. *Canudos*: a quinta expedição. Salvador: Ponto e Vírgula, 2002.

GUTIÉRREZ, Ângela Maria Rossas de. *Luzes de Paris e o Fogo de Canudos*. Fortaleza: Edições UFC, 2006.

LOURES, Gylson Guilhon. *Antônio Conselheiro*. Brasília: LGE, 2004.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Raimundo Nina. A loucura epidêmica de Canudos: Antônio Conselheiro e os jagunços. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 145-157, 2000.